

O Congresso se redimiu; falta o governo

25/11/2001 - 21h30

Para o governo completar o programa de ajuste fiscal que sustenta o acordo com o FMI faltam apenas duas votações: da CPMF, na Câmara dos Deputados, e da contribuição previdenciária dos servidores federais, no Senado. Esta deve ser aprovada tranquilamente na semana que vem, já que o Senado é a casa onde o governo tem maioria mais folgada e mais fiel. E, como faz muitos e muitos anos que a Câmara não rejeita um aumento de impostos, e como os parlamentares continuam pressionados pela crise, pode-se dar como praticamente certa a aprovação da CPMF.

É um fato significativo. Basta lembrar que a perda de credibilidade da política econômica, que resultou na desvalorização forçada pelo mercado, decorreu da percepção de que o governo não conseguia cumprir as metas acertadas com o FMI por falta de sustentação política para aprovar o ajuste fiscal.

Pode-se, portanto, dizer desde já que o Congresso se redimiu. Agora, é a vez do governo redimir-se, para reconquistar a confiança perdida. Para tanto, nada melhor que começar por onde mais havia falhado: a conclusão do programa fiscal. Em política, entretanto, é impossível recuperar totalmente uma oportunidade perdida. É preciso fazer o lance perdido e ainda cobrir o prejuízo por se

ter deixado escapar a primeira chance. Em outras palavras, o governo Fernando Henrique precisa agora fazer mais do que se dispôs a fazer há dois meses.

Primeiro por razões contábeis. A desvalorização aumentou a dívida e os gastos públicos. A dívida, porque 30% do estoque está em moeda estrangeira ou é denominado em dólares. E os gastos porque, neste primeiro momento, os juros subiram além do nível em que estavam antes da desvalorização, elevando-se a despesa financeira do governo.

É verdade que, controlada a desvalorização, os juros devem cair mais rapidamente lá na frente, de modo que a média deste ano ficará abaixo daquela previsão originalmente no programa de estabilização. Mas as metas de déficit para este primeiro trimestre estão comprometidas e precisarão ser renegociadas com o FMI. No ano todo, será preciso um esforço adicional para compensar o aumento do estoque da dívida.

Mas, além das razões contábeis, estão as políticas. Mais do que nunca, o governo precisa mostrar um empenho inédito na busca do ajuste fiscal. O compromisso com as reformas deve ficar expresso em toda a ação do governo. Isso vai além do programa já praticamente aprovado e que é, não se pode esquecer, de emergência.

No curto prazo, o mais importante é o caso dos governos esta-

duais. É essencial que o presidente administre as reivindicações dos governadores aliados e frente o desafio dos oposicionistas, de maneira a garantir que todos sejam convencidos ou constrangidos a também entrar em rigorosos programas de ajuste de contas.

Diversos governadores já avançaram nessa direção, inclusive o petista Jorge Viana, do Acre, o que é um sinal extremamente positivo. Já os governadores de Minas, Rio e Rio Grande do Sul, os mais duros no faltório de oposição, não apresentaram qualquer iniciativa de ajuste.

O presidente, claro, não pode se negar a conversar e negociar com todos, mas precisa tratá-los diferentemente, privilegiando de algum modo os que se empenhem no ajuste, como, aliás, declarou que fará na entrevista que deu logo depois da aprovação da MP da Previdência. Esta é uma batalha decisiva. Convém não esquecer o poder de explosão que teve o anúncio da moratória de Minas.

E, para ajudar os governadores que querem fazer o ajuste, o Congresso precisa votar rapidamente as leis que completam a reforma administrativa e permitem demissões e afastamento de funcionários,

rios, com forte redução na folha de pagamentos.

Mas, para manter a iniciativa na direção do verdadeiro e duradouro equilíbrio fiscal, o presidente Fernando Henrique precisa acelerar a apresentação dos projetos definitivos de reformas, especialmente a tributária e a da Previdência.

No apoio ao atual programa de ajuste, sempre consideramos a ressalva de que se trata de medida emergencial, com prazo de duração limitada, sobretudo para o aumento de impostos. A verdadeira reforma fiscal exige o contrário, a redução da carga tributária.

No início desta história, o governo ganharia dois, três anos para aprovar as reformas definitivas. Esse prazo continua expresso nas medidas já votadas – vão até 2001 –, mas politicamente o tempo ficou mais curto.

Como disse o presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, a economia brasileira é sólida e sofisticada, mas bloqueada por um problema fiscal estrutural. É nisso que o governo precisa se concentrar.

Sem âncora cambial, a equação agora é simples e direta: quanto mais reforma fiscal menos juros e menos inflação.

É preciso começar por onde falhou no primeiro mandato: a conclusão do programa fiscal